

FERNANDO, REI DA NOSSA BAVIERA: UM JOGO NO LIMITE DO SILÊNCIO

Lélia Parreira Duarte

Fernando Pessoa é o grande mito atual das literaturas de língua portuguesa. Neste ano, centenário de seu nascimento, muitas são as comemorações que procuram reverenciar o Poeta dos heterônimos e exaltar a originalidade com que exprimiu a absoluta solidão e perda de sentido do homem moderno, o que bastaria, por si só, para transformá-lo em mito, referência-chave da cultura contemporânea.

As comemorações centenárias focalizam, de maneiras diversas, a encenação do "drama em gente" com que Fernando Pessoa elaborou o seu radical sentimento de inexistência, levando às últimas conseqüências o longo processo de dissolução do eu inaugurado pelo Romantismo e precursoramente elaborado pelos duplos demoníacos de Hoffmann e de Dostoiévski, os pseudônimos de Kierkegaard, as máscaras de Browning, o "outro" de Rimbaud e as soluções provisórias de Garrett, Eça e Antero.

É por isso extremamente oportuno lembrar aqui o lúcido estudo crítico de Eduardo Lourenço — *Fernando, rei da nossa Baviera*,⁽¹⁾ que analisa a mitificação do fenômeno Pessoa e conclui que foi ao acrescentar a essa consciência da inexistência do eu, um elemento sacrificial que o autor da *Mensagem* erigiu-se em mito. Como aquele Luis, rei-louco da Baviera, seu irmão-gêmeo por dentro, prisioneiro de idênticos fantasmas, amante da morte e herói da impossibilidade de amar, Fernando Pessoa tornou-se ninguém e assim permitiu-nos visitar "a sua barca de melancolia sem reparar, como ele, que a paisagem é uma coleção de imagens sem sentido, sendo a sua viagem perdida de antemão".

1. LOURENÇO, Eduardo. *Fernando, rei da nossa Baviera*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986.

Vítimas anaziguadas da armadilha heteronímica tecida com palavras, é à sombra do mito-Pessoa que podemos disfarçar a consciência da infinitude de nossa finitude, de nossa condição de prisioneiros do labirinto do Tempo. Por isso mesmo, ensina Eduardo Lourenço, é preciso cuidado para resistir à tendência de ver na heteronímia a forma redentora da angústia do Poeta (e nossa). É necessário dizer não à idolatria de que o mito-Pessoa se tornou objeto.

Fernando seria o Camões de um império extinto, o D. Sebastião de um futuro improvável, que se inscreve Pessoa e faz o inventário do absurdo como se fosse natural e do natural como se fosse absurdo, inventando o sorriso no meio do desastre e o sentido imaginário no interior do sem sentido absoluto e do naufrágio. Desmitificam-se assim as soluções heteronímicas, que nos procuram tornar imaginariamente felizes em Caeiro — “porta pintada para nos fazer crer que tocamos com mãos de vida e não de sombra o autêntico real” — indiferentes à felicidade ou infelicidade em um Reis romano e invulnerável à angústia impossivelmente felizes em um Campos futurista: ficções que são afinal apenas manifestações da voz anônima, criadas para suportar o cotidiano atroz de que o Livro do desassossego é o espelho sem ficção.

Na perspectiva lúcida do autor do Pessoa revisitado, essa última obra nada altera de essencial para quem leu bem Fernando Pessoa, mas perturba grandemente a leitura mitológica do “drama em gente”: desarticula todas as ficções que o separaram em vão do único amor que o habitou, o da própria Morte. A leitura d'*O livro do desassossego* revela que o texto de Fernando Pessoa é falsamente plural, pois Caeiro, Campos e Reis acabam por configurar-se “maneiras diferentes de fingir que é possível descobrir um sentido para a nossa existência”. Através deles seria possível “saber quem somos, imaginar que conhecemos o caminho e adivinhamos o destino que vida e história nos fabricam”.

Os heterônimos seriam então apenas sonhos; não libertaram Pessoa de sua solidão e de sua tristeza, mas nos ajudam a perceber que, como ele, somos puros mutantes, decolando para viagens sem itinerário. “Com Caeiro fingimos que somos eternos, com Campos regressamos dos impossíveis sonhos imperiais para a aventura labiríntica do cotidiano moderno, com Reis, encolhemos os ombros diante do Destino, compreendemos que o Fado não é uma canção triste mas a Tristeza feita verbo”. E Eduardo Lourenço completa o útil quadro mítico, cuja desmitificação ele considera urgente e necessária: “com *Mensagem* sonhamos uma pátria de sonho para redimir a verdadeira”.

O que os heterônimos revelam, afinal, é a compreensão do Poeta de que a morte de Deus sentida pela modernidade é também a morte do homem, “fim da ilusão humanista que imaginava ainda poder justificar, na perspectiva de uma ausência de sentido transcendente para

o universo e para a História, os mesmos valores, as mesmas ilusões consoladoras, a mesma moral tranqüilizante”.

Foi com a sua poesia-outra, que vive, ao mesmo tempo, da agonia da imagem do Poeta como criador soberano de sua poesia e da Poesia como pura modelação do sentimento e da emoção espontâneos, que Fernando Pessoa encenou prodigiosamente o seu radical sentimento de inexistência. E com essa poética da indiferença, esse “olhar frio” pousado sobre a vida, esse humor no interior da tragédia, conclui Eduardo Lourenço, que Pessoa se configura então como Pessoa, “aquele que conduziu por nós a carroça de tudo (da Modernidade) pela estrada de nada”.

“A fortuna crítica de Pessoa” é outro ensaio apresentado em *Fernando, rei da nossa Baviera*, onde o autor ratifica sua teoria da necessária desmitificação do mito pessoano. Nele, Eduardo Lourenço historia a montagem da máquina textual pessoana e relembra os estudos críticos que a focalizaram inicialmente, em Portugal, e que se marcaram pelo tema obsessivo de busca de compreensão do mistério heteronímico. Menciona as obras capitais que representaram a maturação da fama de Pessoa e culminaram com a sua “institucionalização” e entronização na universidade, na primeira tentativa de objetivação cultural do Poeta. Visto então como o clássico contemporâneo, Fernando Pessoa torna-se o eixo da cena crítica e cultural de Portugal e é traduzido e estudado em vários outros países, além do Brasil.

Eduardo Lourenço aponta nesse ensaio as cinco linhas da fortuna crítica pessoana, decorrentes da mudança sucessiva de óptica em relação à sua obra, mas também em relação à própria realidade literária. A primeira, encarnada pela geração da *Presença* e a sua estética de essência romântica, em nome da tríade eu, espontaneidade, originalidade, teria hesitado no reconhecimento do “gênio” poético de Pessoa, fixando-se no problema de “sinceridade” ou não e acusando-o de artifício. Essa primeira geração crítica não compreendeu, afirma Lourenço, que o gênio de Pessoa estava ligado precisamente à contestação radical da única poética válida a seus olhos, a de um literário que a sua obra pretendia subverter.

A segunda leitura crítica percebeu a poesia de Pessoa como reflexo ou espelho do real, com a função de transfigurar esse real, concebido antes de mais nada como realidade social. Seria uma leitura de exigência ideológica precisa, em que o poético é deportado para uma instância heterogênea. A terceira etapa seria a da que toma a obra pessoana como universo constituído, em que as máscaras da diferença colocam problemas de compreensão. O acento é deslocado então do significado para o significante e procura-se resolver o enigma visível da Heteronímia, em busca de conciliação entre a diversidade evidente e a unidade profunda.

A quarta perspectiva marca-se por uma mudança de registro, pois compreende que o caso Pessoa inaugura uma literatura outra e pede, por isso, uma crítica outra: trata-se de uma aventura existencial e ontológica, através da qual joga-se não só com o sentido do Eu, mas também com o sentido do sentido. Com essa quarta perspectiva, que é a do próprio Eduardo Lourenço, sai-se do planeta-Pessoa enquanto literatura e percebe-se que a visão paradoxal da Ausência importa mais que a do Ser; é a visão de uma linguagem que não consegue falar o Ser e de um Ser que não pode ser plasmado em Linguagem. Poesia apreendida como metaliteratura, em que se apóia uma crítica que se assume e pensa como metacrítica, jogo de espelhos que é também, conscientemente, um jogo no limite do silêncio.

A quinta perspectiva foi imposta pela lógica interna e por alteração na frente crítica: a poesia de Pessoa passa a ser vista como um jogo do "vivido" imaginário, como um "poeto-drama", mais do que como drama do imaginário vivido. A preocupação passa a ser o imaginário da língua, os seus labirintos e impasses, cena atrás da qual nada se joga a não ser o próprio jogo. Essa perspectiva lembra que Fernando Pessoa, bem antes de Lacan, sentiu que a linguagem se falava sozinha, não tendo o eu outro conteúdo que o "efeito de palavra", condensado num eu puramente lingüístico.

Foi através dessas perspectivas que a "revelação" de Pessoa se converteu num mito vivo, irradiado tanto a partir da "letra" da sua mensagem, quanto a partir de seu questionamento. A glória universal atingida atualmente por Pessoa deve levar-nos entretanto a uma atitude de reserva, adverte Eduardo Lourenço, na medida em que pode conduzir tanto ao prazer equivocado que assimila a sua voz à litania vazia que celebra uma plenitude fictícia de sentido, quanto à perspectiva que traduz um esquecimento do Poeta e de sua obra. E que a mais pura das glórias dos poetas não pode bastar a quem foi, por excelência, poeta da Ausência e do Esquecimento.

Também em *O livro do desassossego, texto suicida*, Eduardo Lourenço faz síntese lúcida da crítica de Fernando Pessoa, afirmando que o Poeta suscitou três modelos fundamentais de estruturação textual:

- o primeiro, segundo a clivagem de uma bipolaridade sem síntese possível ou necessária, feita por Mário Sacramento, Casais Monteiro, José Régio, David Mourão Ferreira;
- o segundo, através da clivagem polar hegemônica ou suprema que postula um Pessoa nuclear de que os outros seriam imperfeitos esboços ou reflexos evidentes, papéis que uns atribuem a Caetano e outros ao próprio autor da *Mensagem*: Agostinho da Silva, António Quadros e Dalila Pereira da Costa;

— o terceiro é o que tenta conciliar a poética unitarista e a poética da multiplicidade sob o signo da diferença, descobrindo e pondo em evidência a pulsação textual de que essas duas ópticas seriam a expressão: José Augusto Seabra, Maria da Glória Padrão e o próprio Eduardo Lourenço. Inscritos numa dessas perspectivas, M. A. Babo, Rosa Tonati, Norma Tasca, Leyla Perrone Moisés observam sobretudo o estatuto do eu enquanto figura ou efeito do discurso e menos o da sua realidade ou irrealidade em sentido ontológico.

O livro do desassossego confere aos últimos a confirmação literal da perspectiva que elegeram, afirma o autor de *Heterodoxia*, pois uma de suas originalidades incontestáveis é ser, além de uma interpelação gnoseológica e ontológica em torno do eu, uma não menos aguda e virtual interpelação acerca do estatuto da própria enunciação. Se os heterônimos são textos diferentes, constituintes da mitologia heteronímica, *O livro do desassossego* é o texto das diferenças, em que resiste e persiste uma mitologia natural, que não consente a ilusão de uma pluralidade mítica e muito menos de uma mítica unidade.

Seria importante mencionar ainda os outros ensaios de *Fernando, rei da nossa Baviera*, republicações oportunas de textos significativos da crítica pessoana: "Apotese ou segunda morte de Fernando Pessoa", "Fernando Pessoa ou o não-amor", "Kierkegaard e Pessoa ou as máscaras do absoluto", "De Junqueiro a Pessoa" e "Kierkegaard e Pessoa ou a comunicação indirecta". Parece interessante lembrar, pelo menos, algumas idéias de "Pessoa, ou le moi comme fiction", publicado inicialmente em *Fernando Pessoa, Poete Pluriel*, catálogo da exposição sobre o Poeta realizada no Centro Pompidou, Paris, 1985. Na mesma linha de *Fernando Pessoa, rei da nossa Baviera*, Eduardo Lourenço analisa nesse texto as razões que levam à construção do Pessoa-mito, definindo parâmetros para uma leitura lúcida do mito-Pessoa.

O Poeta compôs a sua obra a partir do eu como instância fictícia, e assim nasceu um dos mitos literários mais perturbadores do nosso século, diz o crítico: aquele do poeta sem nome próprio, criador de outros poetas em nome da única ficção que os torna possíveis: a do eu como ficção. Os heterônimos são uma forma de inventar eus-outros tão fictícios ou tão reais quanto Fernando Pessoa; todos são ninguém, máscaras multiplicadas sobre a face do nada, que assim ele não ocultou nem reduziu, mas fez brilhar para a tornar irrecusável aos que se sentiam tentados a não a perceber.

A teatralidade surpreendente dessa encenação poética levou muitos comentadores de Pessoa a ver nessa aventura incomum uma festa sem paralelo do texto e de seus espelhamentos infinitos. Esta festa faz sem dúvida parte de sua obra; será entretanto vã e triste, afirma

Eduardo Lourenço, se não for feita em benefício e em honra da pura ficção textual, já que é a falha, a marca da ausência que constitui o Eu do Poeta, pois sua consciência é essa falha mesma.

O "eu como ficção" não é, para Pessoa, um achado literário, mas a realidade e o lugar de uma busca, uma das mais radicais do século XX; é, sobretudo, o signo de um sofrimento. Pessoa não foi um "littérateur", ou uma máquina literária; foi um modesto empregado de escritório, sonhador, megalômano, marcado pelo sentimento de sua própria inexistência que ensaiou, em um mundo vazio de sentido, artifícios estranhos para se convencer de que tinha todas as vidas que os sonhadores nele podiam se inventar.

Como ficção, cada um dos seus "eus" pode fingir ou dar-se uma consistência ontológica, uma coerência, um sentido, que o sujeito poético correspondente ao eu real não pode provar, porque ele mesmo não é senão não-mundo, ausência no mundo. Para as ficções heteronímicas haverá um mundo, e esse mundo as torna reais. Mas essa aparente autonomia não é senão figura de um único sujeito, o do eu ficção que procura sua morte (sua vida), nesse baile (mal) mascarado da heteronímia, prova teatral da explosão do eu e não solução do Poeta para o sofrimento do eu-ficção.

Fernando Pessoa não está jamais onde ele pretende estar, porque não está em nenhuma parte. Ele é o poeta da nenhuma parte do Eu e toda a sua obra é uma imensa armadilha: a universal, da Linguagem, ou da nossa relação com a Linguagem.

É inútil, portanto, conclui Eduardo Lourenço, procurar um homem atrás da multiplicidade de suas máscaras ou um texto atrás de textos dispersos e estilhaçados: procurando o homem encontraremos apenas os textos, procurando o texto não encontraremos senão um dos não-textos capitais do mundo moderno. Essa ausência do homem, duplicada na ausência do texto, assinala com violência extrema o lugar vazio de uma agonia humana, de um combate cultural único. E sobre essa ausência, apenas a fim de torná-la sensível para nós, não para ele, que se inscreve, supremo equívoco, o nome mítico de Fernando Pessoa.